

**CONFIRA AINDA NESTA EDIÇÃO**

- Rosto da Casa: José Rebelo "Angola foi sempre um país muito acolhedor para toda a gente".
- "A proibição de exportação de Gesso e Quartzo em Angola", reflexão de Domingos Francisco João.
- Sugestão de Leitura: "Os Meus Dias da Independência", um livro de Onofre dos Santos.

**PRESIDENTE DA NAMÍBIA VISITA BASE DA SONILS**

Em visita a Angola, Nandi Ndaitwah Netumbu, acompanhada pelo Ministro Dimantino Azevedo, inteirou-se sobre o funcionamento da base logística.

**APROVADO ACORDO DE GESTÃO E PARTILHA NA ZIC**

O documento resulta do Protocolo de Cooperação assinado entre os dois países em 2023.

**IRDP APRESENTA BALANÇO DO 1º TRIMESTRE DE 2025**

Luís Fernandes destacou a inauguração do Terminal Oceânico da Barra do Dande (TOBD), na província do Bengo a 10 de Fevereiro de 2025.



PRESIDENTE DA NAMÍBIA VISITA BASE DA SONILS

Em visita a Angola, a Presidente Nandi Ndaitwah Netumbu efectuou, a 9 de Maio, uma visita à base da Sonils, acompanhada pelo Ministro dos Recursos Minerais Petróleo e Gás angolano, tendo se inteirado sobre o funcionamento da base logística da indústria petrolífera.

Diamantino Azevedo referiu que o acto abre caminho para um novo impulso na parceria estratégica entre os dois países, com benefícios mútuos.

“A visita da senhora Presidente da Namíbia serviu para se aperceber melhor da capacidade que temos aqui na Sonils, porque uma das componentes da cooperação que estamos a desenvolver lá é a possibilidade de a Sonangol ajudar a desenvolver uma base logística similar à nossa, cooperando com a NAMCOR [Companhia Nacional de Petróleo da Namíbia]”, explicou o governante.

A visita da Estadista aconteceu na sequência de trabalhos iniciados em Janeiro deste ano, quando uma delegação

namibiana, liderada pelo Ministro das Minas e Energia, Tom Alweendo, esteve em Angola para observar de perto as operações da Sonils e promover a troca de experiências.

A SONILS (Sonangol Integrated Logistic Services) é uma empresa de logística, localizada no Porto de Luanda, fornecendo serviços à indústria petrolífera do país.





"Vasculhámos velhos documentos, fomos impelidos a querer saber mais sobre o nevoeiro que cobre o passado de Angola e da África Subsariana até à primeira metade do século XX", disse o co-autor.

No seu pronunciamento, o Ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás considerou os autores como "testemunhas e protagonistas de um sector que moldou a história económica, social e política de Angola". Diamantino Azevedo reconheceu o valor histórico e pedagógico da obra, afirmando que o livro é mais do que um registo, é um legado, uma obra de referência que dignifica o conhecimento e enriquece o debate sobre o desenvolvimento do nosso sector e do nosso País.

"Valorizemos este livro. Que ele inspire debates, políticas públicas e vocações futuras. Porque só quem conhece o seu passado tem condições objectivas para transformar o seu destino", apelou o governante.

A obra, da autoria de José Rebelo e António Pinho, detalha as várias etapas, desde os primórdios até à primeira descoberta de petróleo, em 1955, no Benfica, em Luanda.

De acordo com José Oliveira, que apresentou o livro, a 8 de Maio, no Auditório Albina Assis, a ideia surgiu da curiosidade dos dois especialistas que vivenciaram o desenvolvimento da actividade petrolífera em Angola, a partir do início do ano 1960.

Como base de pesquisa, os autores usaram os arquivos dispersos e relatórios técnicos encontrados no Instituto de Investigação Científica de Angola, na revista "Arquivos de Angola" (compilação e publicação em Angola nos anos de 1960), bem como em estudos e relatórios da Sinclair, empresa de petróleo americana que foi operadora em nome da Companhia do Petróleo de Angola, no início do século XX.

José Rebelo referiu que o livro apresenta os principais desafios logísticos e a evolução da legislação e contratos do sector.

Ana Rebelo, filha de José Rebelo, disse, na ocasião, que a obra teve uma forte recepção. "O livro, em Portugal, teve algum interesse, mas não tanto como em Angola, onde as pessoas, de facto, estão interessadas em saber dos primeiros passos da indústria extractiva."

O acto foi testemunhado por funcionários e representantes de empresas do sector.





O mercado dos derivados do petróleo referente ao primeiro trimestre de 2025 adquiriu, para comercialização, 1.147.248 Toneladas Métricas de combustíveis líquidos das quais, cerca de 55,8% corresponde ao Gasóleo, 33,5% à Gasolina, 5,4% ao Fuel Ordoil, 3,7% ao Jet A1, 1,3% ao Petróleo iluminante e o restante 0,3% ao asfalto, tendo sido gastos cerca de 662 Milhões de Dólares Americanos. Os dados foram avançados a 30 de Abril, pelo Director-Geral do Instituto Regulador dos Derivados de Petróleos.

Luís Fernandes adiantou que das aquisições dos combustíveis líquidos, 26% foram provenientes da Refinaria de Luanda, 1% da Cabgoc-Topping de Cabinda e 37% da importação. As quantidades adquiridas representaram uma redução de aproximadamente 13% em relação ao trimestre anterior.

O responsável informou que o país contou com uma capacidade instalada de armazenagem de combustíveis líquidos, em terra, de 675.968 m³ que se manteve inalterada em relação ao trimestre anterior.

No final do trimestre foi registada a existência de 1.202 postos de abastecimento, dos quais 920 em estado operacional. Em termos de quota de mercado em volume de vendas, a Sonangol Distribuidora e Comercialização mantém a liderança com 62,2%, seguida da Pumangol com 21%, a Total Energies Marketing Angola com 7,2%, a Sonangalp com 7,1% e a Etu Energias com 2,3%.

Para os combustíveis gasosos, o responsável informou também que, durante período em análise, foram introduzidas no mercado interno cerca de 112.957 TM de gás de cozinha (GPL), das quais, 69,2% provenientes da Fábrica Angola LNG, 22,3% do Sanha, 6,4% da Refinaria de Luanda e 2,1% do Topping de Cabinda.

Em relação ao trimestre anterior, registou-se um decréscimo de aproximadamente 19% na aquisição de LPG para o mercado interno. Neste segmento, o país conta com uma capacidade instalada de armazenagem, em terra, de 11.727 TM.

No que diz respeito às vendas, o registo é de um total de 119.850 TM, que representou uma redução de 13% em relação ao trimestre anterior.

Neste segmento a Sonangol Gás e Energias Renováveis liderou as vendas do mercado com uma quota de 75,0%, seguida pela Saigás com 11,6%, a Progás com 6,6%, a Gastém com 4,9% e a Canhongo Gás com 1,9%.

Prestigiu o evento o Secretário de Estado para o Petróleo e Gás, José Barroso.

MIREMPET TRABALHA NO SULTANATO DO OMÃ



Uma delegação angolana, chefiada pelo Ministro Diamantino Azevedo, trabalhou a 1 de Maio, no Sultanato de Omã, com a empresa OQ, para fomentar a cooperação entre os dois países nos domínios mineiro, petrolífero e do gás.

A reunião foi antecedida por outra de trabalho entre a Endiama, Sodiam e a Taadeen, a nova parceira na Sociedade Mineira de Catoca.

No final, Diamantino Azevedo reuniu também com o Ministro de Energia e Minerais de Omã, Salim Bin Nasser Al Aufi.

A OQ é uma empresa estatal de energia e petroquímica do Sultanato de Omã. Ela actua em diversos sectores, incluindo exploração de petróleo e gás, refino, petroquímica e distribuição de energia.

ANGOLA CONVIDADA A OBSERVADORA DA ICSG



O Ministro Diamantino Azevedo recebeu, a 9 de Maio, a Directora do Grupo Internacional de Estudo do Cobre (ICSG, sigla em inglês), Ana Rebelo.

De acordo com o Director Nacional dos Recursos Minerais, que acompanhou o encontro, foram apresentados os serviços do ICSG, relacionados com a cadeia de valor do cobre, desde a prospecção, exploração, até aos produtos finais.

Paulo Tanganha referiu ainda que a responsável da ICSG convidou Angola para fazer parte, numa primeira fase, como Observador e participar de um evento que se realiza em Londres, Inglaterra, denominado “Semana da Bolsa de Metais”.

ANGOLA E REINO UNIDO AVALIAM PARCERIAS EM MINERAÇÃO E FORMAÇÃO DE QUADROS

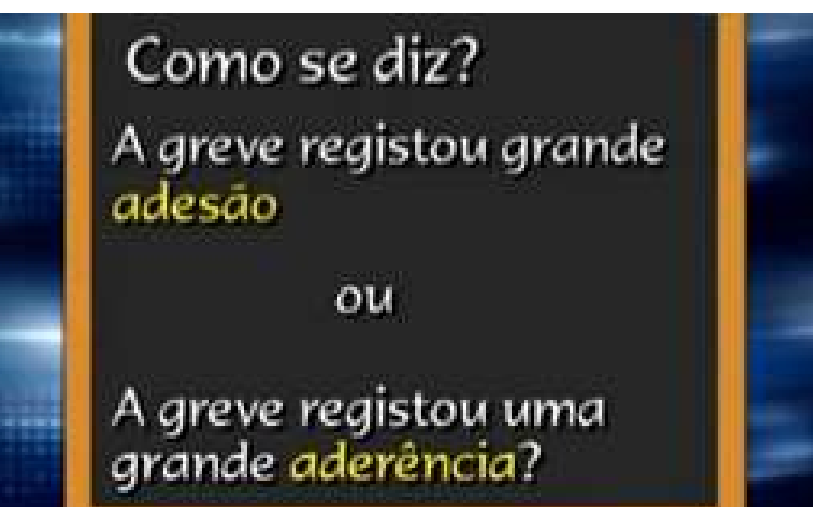


O Secretário de Estado para o Petróleo e Gás, José Barroso, recebeu, em audiência, a 08 de Maio, o enviado do Comércio do Governo Britânico, Calvin Bailey, o Embaixador do Reino Unido em Angola, Bharat Joshi e o Director Nacional do Departamento de Comércio e Investimentos, Hélder Sampaio, para discutir oportunidades de colaboração entre Angola e o Reino Unido. De acordo com o Director Nacional dos Recursos Minerais, presente no encontro, foram abordados aspectos ligados às oportunidades de investimento no Corredor do Lobito, com destaque para

iniciativas que possam impactar positivamente a situação económica e social das comunidades locais. Paulo Tanganha acrescentou que foram igualmente analisados assuntos atinentes à cooperação académica, a partir de instituições britânicas como a Camborne School of Mines (CSM) e University of Aberdeen, reconhecidas pela formação de profissionais especializados em mineração e em actividade geológica e mineira no fundo do mar, respectivamente. “Para nós, é de grande valia, não apenas pela formação técnica dos nossos quadros, mas também pela necessidade de rever as questões legais que regulamentam a actividade mineira onshore no nosso país”, afirmou o responsável, acrescentando que, durante o encontro, os representantes britânicos expressaram interesse em colaborar na modernização do Caminho de Ferro de Moçâmedes (CFM) e no desenvolvimento de um projecto de hidrogénio verde, em parceria com o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Energias Sustentáveis (CPD) da Sonangol no Cuanza-Sul.



ADESÃO E ADERÊNCIA



As palavras adesão e aderência são muitas vezes consideradas sinónimas, pois ambas exprimem a ideia de ligação. Utilizam-se, no entanto, em contextos diferentes.

Por exemplo, deverá dizer-se «a adesão dos funcionários do MIREMPET aos filmes», e não «a aderência dos funcionários do MIREMPET aos filmes». O termo adesão é utilizado normalmente em relação a pessoas, enquanto a palavra aderência se utiliza em relação a coisas, a substâncias.

A palavra adesão tem o significado de «união», «junção», «acordo», «aprovação», «manifestação de apoio ou de solidariedade», «ligação ideológica».

Exemplos: a adesão a um tratado: a adesão a uma doutrina ou a um princípio, a adesão a um modo de vida, a uma ideia, a um partido político, a adesão a uma moda, a adesão aos filmes, ao teatro, à literatura. No conceito de adesão está presente o pensamento, a vontade, o sentimento de quem adere, de quem aprova, de quem escolhe.

A palavra aderência designa a «qualidade do que é aderente», o «acto de aderir», a «ligação de superfícies», a «ligação de uma substância a outra»,

Exemplos: a aderência dos pneus à estrada, à estrada, a aderência da argila ao arado, a aderência da sujidade à pele, a aderência do pó aos móveis. A palavra aderência utiliza-se, pois, quando se pretende designar alguma substância ou matéria que está aderente a algo, ou referir uma ligação concreta, material, normalmente de pouca solidez ou que se pode vir a separar.

In Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.

CURIOSIDADE

“DEITAR E ROLAR”

Tem origem nas tradições populares e festas antigas. Durante as celebrações, as pessoas se deitavam e rolavam no chão em sinal de alegria e diversão. Acontece ainda no interior de Angola (em tempos viralizou um micro-vídeo de uma idosa que se rebojava no chão, em gesto de gratidão, depois de receber um cabaz alimentar).

Significa aproveitar ao máximo uma situação, desfrutando intensamente de algo bom ou lucrativo.

"Com o novo emprego, ele está deitado e rolando."





Por:
Alexandre Sousa
Técnico de Comunicação



“Os Meus Dias da Independência” é um livro que retrata a história dos angolanos, em 1975, e que pretende transmitir às novas gerações as situações reais em torno da Independência de Angola.

O conflito entre os movimentos de libertação de Angola, nos dias que antecederam à proclamação da independência do país, levou o autor a participar numa experiência única que constitui o relato deste livro. De acordo com o editor Manuel S. Fonseca, da Editora Guerra e Paz, “Onofre dos Santos foi, com os seus 34 anos, um actor de primeira linha da independência de Angola.

Ministro da Justiça do governo que a FNLA e a UNITA formaram, Onofre roçou ombros com figuras decisivas, como Holden, Savimbi, Chipenda, Hendrick Vaal Neto, José N'Dele, Tony da Costa Fernandes.

Onofre dos Santos desenhou esperanças no atribulado governo a que pertenceu, viveu ameaças e situações extremas com a sombra da morte à porta.

Este livro é o rolo de pergaminho que Onofre desenrola perante os atónitos olhos da História.

Estão aqui as letras fundadoras da parte que falta para que se faça História, completa, da história da independência de Angola. (...) Este livro é a grande tela em que se retrata e pinta a realidade em que mergulhou e se afogou o ideal de uma geração.

Cada um à sua maneira, Onofre dos Santos e eu, vivemos esse ideal”.

Onofre dos Santos revela neste diário os acontecimentos que se sucederam àquele 11 de Novembro de 1975, retratando a realidade em que mergulhou e se afogou o ideal de uma geração.

Esta é a história da Independência de Angola contada do «outro lado», longe de Luanda, ao lado da FNLA e da UNITA, de sul-africanos e portugueses que se bateram contra o MPLA, as tropas cubanas e os conselheiros soviéticos.

Onofre dos Santos nasceu em Angola e viveu o período de transição de um país colonial para o país independente que é hoje. Sobre essa experiência, escreveu o livro Os (Meus) Dias da Independência. Em 1992, desempenhou o cargo de Director-Geral das Eleições. Em sequência, publicou Eleições Angolanas 1992 – Uma Lição para o Futuro e Eleições em Tempo de Cólera, reunindo crónicas semanais escritas a partir de países onde trabalhou na organização de processos eleitorais. Publicou ainda livros de contos e de histórias curtas, como O Conto da Sereia, O Astrónomo de Herodes, O Gosto Amargo do Quinino, Memórias de Um Dark Horse e o romance histórico Descompasso – Angola 1962.



GOVERNO DE
ANGOLA

mirempet.gov.ao
Ministério dos Recursos Minerais,
Petróleo e Gás

REFLEXÃO: SOBRE A PROIBIÇÃO DE EXPORTAÇÃO DO MINERAL GESSO E QUARTZO DE ANGOLA



Por:

Domingos Francisco João “Mitto”
Director do Gabinete Jurídico da ANRM

1. Razão de ordem: no final do ano de 2024, Angola decidiu pela proibição da exportação de Gesso e do Quartzo, facto que criou no mercado mineiro alguma preocupação e para os interessados alguma necessidade de maior contacto com as preturações que giram em volta dos nossos minerais, nas suas potencialidades e oportunidades para o desenvolvimento do país.

A nossa abordagem parte da ideia segundo a qual, a via pela opção proibitiva da exportação do mineral Gesso e Quartzo no contexto dos mercados económicos dos recursos minerais actuais, encontra propósito na visão estratégica dos Estados insuflarem os respectivos ambientes de negócios, muito influenciado hoje por vários factores, tais como o quadro regulamentar, a prestação de serviços públicos e a infra-estrutura.

Está visão parece alinhada com o Banco Mundial que inclui Angola no ranking do Business Enabling Environment (BEE), relatório que avalia o ambiente empresarial para o desenvolvimento do sector privado, sendo certo que o objectivo do BEE é o de concentrar-se no quadro regulamentar e na prestação de serviços públicos, cujas reformas o Estado angolano deu resposta com o chamado Modelo de Governação do Sector Mineiro, com a aprovação do Decreto Presidencial nº 143/20 de 26 de Maio.

É este ambiente de negócios que maximiza este nosso módico contributo que, ao nosso nível técnico, nos posiciona na presente abordagem orientados por factores externos às empresas, que podem ser macro-ambientais (económicos, socioculturais, tecnológicos, legais e políticos) ou micro-ambientais (fornecedores, clientes, concorrentes, intermediários). Ao final, visualizamos que a implementação das normas proibitivas ora em vigor e o facto de que estes



instrumentos irão pedir, a cada tempo, uma interpretação concatenada à implementação dos aspectos práticos do regime introduzido por estes instrumentos, o cenário ora alterado está a pedir dos operadores deste subsector a promoção da sua melhor adequação ao novo regime, a permitir a minimização dos custos e os resultados das empresas, em fase dos compromissos antes assumidos por estas.

2. Fundamentos geo-estratégicos da proibição: parece crível que as necessidades económicas de Angola e a sua declarada política de diversificação da economia requerem a aceleração do processo de prospecção, exploração, transformação e comercialização dos recursos minerais não petrolíferos, sendo este um cenário que nos parece impor à Angola a adopção de mecanismos de controlo à exportação desses recursos minerais não renováveis, para permitir que o País retire deles maiores benefícios concatenados ao seu desenvolvimento económico e ao controlo racional das assimetrias existentes no melhor aproveitamento dos recursos minerais. Ademais, resultando dos preâmbulos dos Decretos Presidenciais n.º 185 e 186/24, de 14 de Agosto, diplomas que proíbem a exportação do mineral de Quartzo e Gesso extraído no território nacional, é esta mesma visão que

nos parece assentar no chamado Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2023-2027) e na melhoria do quadro jurídico-legal e ambiente regulatório do sector mineiro nacional.

Com efeito, na perspectiva da Geo-Estratégia das empresas, esta posição do Estado angolano afectou a várias empresas nacionais e internacionais, sendo certo que ela também terá potenciado à existência de incumprimentos contratuais para o fornecimento destes mineral ora proibidos, com a agravante de que os referidos regimes proibitivos estabelecem medidas sancionatórias de acordo com a legislação penal, sem prejuízo de outras previstas na lei aplicável à todas as pessoas colectivas e singulares, públicas e privadas.

3. Mínima abordagem jurídica sobre o regime proibitivo do Quartzo e Gesso: é consabido que, no nosso contexto jus-económico e na Constituição Económica vigente, a mineração é tomada como matéria de interesse nacional e apresenta um desafio mais de interesse económico das empresas e não do Estado, se atendermos à ratio do art. 16.º, al. d) do n.º 1, o n.º 2 do art. 95.º e as als. m) e p) do art. 21.º da CRA, de onde resulta que em matéria dos recursos minerais o interesse nacional é uma obrigação de defesa prioritária para o mesmo Estado, sem desprimor pela necessidade do Estado criar o ambiente de negócios necessários à satisfação das necessidades económicas da sociedade.

Em verdade, os Decretos Presidenciais n.º 185 e 186/24, 14 de Agosto, tal como citamos supra, nos parecem que tiverem por base a defesa do interesse económico nacional tomado por antecipação ao cenário da procura desproporcional destes minerais a nível internacional, verdades que retiramos dos respectivos preâmbulos a determinarem que tiveram por “objectivo estabelecer políticas para que os recursos minerais explorados no País sejam preferencialmente transformados antes da sua exportação”, tal como consagram as als. m) e n) do artigo 8.º Código Mineiro.

Destarte, as proibições nelas determinadas ocorrem, agora sim e bem vistas, no quadro estratégico de desenvolvimento económico a longo prazo, embora as empresas do sub-sector do Gesso e do Quartzo são as que se ressentem, por conta da ausência de um prazo razoável para adequação destas ao novo regime, visualizando-se o facto de que os recursos minerais são importantes para a indústria como benefício e parte da sua construção, uma vez que são utilizados como matéria-prima e de maximização da sua robustez, justificando-se deste modo a proibição em vigor por via da atribuição de um prazo razoável de adequação ao regime nele previsto.

Enfim, os fundamentos estratégicos para a proibição da exportação destes minerais nos parecem, definitivamente, não estarem somente no aspecto económico do país, mas no facto de que as informações geo-políticas e geo-estratégicas dos Estados indicarem que a médio e longo prazos, o Quartzo e o Gesso serão críticos para as economias nacionais de África e do resto do mundo, não sendo bom para Angola deixar de deles ter proveito neste futuro, com vista a protecção da indústria nacional.



4. Finalmente: No nosso contexto jus-económico, a mineração deve ser tratada sempre como assunto de interesse nacional e apresenta um desafio mais de interesse económico das empresas e não do Estado, sendo que a ratio do art. 16.º, al. d) do n.º 1, o n.º 2 do art. 95.º e as als. m) e p) do art. 21.º da CRA, indicam que em matéria dos recursos minerais o interesse nacional é uma obrigação de defesa prioritária para o Estado. Relativamente à indicação de que a proibição determinada ocorre no “quadro estratégico de desenvolvimento a longo prazo, embora os industriais é que se ressentirão”, visualizamos ser consabido que os recursos minerais são importantes para a indústria, uma vez que são utilizados como matéria-prima, justificando-se deste modo a proibição, tal como consagram as als. m) e n) do artigo 8.º Código Mineiro. Nos parece haver fundamentos estratégicos para a proibição da exportação do mineral Quartzo e Gesso, com foco no aspecto económico do país e nas informações geo-políticas e geo-estratégicas dos Estados que indicam que, a médio e longo prazos, estes minerais serão críticos para as economias nacionais, não querendo Angola deixar de deles ter proveito neste futuro, com vista a protecção da indústria nacional.

(Continua)



"Valorizemos este livro. Que ele inspire debates, políticas públicas e vocações futuras. Porque só quem conhece o seu passado tem condições objectivas para transformar o seu destino".

Ministro Dimantino Azevedo, no acto de lançamento do livro História do Petróleo de Angola, 08.05.2025

"Vasculhámos velhos documentos, fomos impelidos a querer saber mais no nevoeiro que cobre o passado de Angola e da África Subsariana até à primeira metade do século XX".

José Rebelo, no acto de lançamento do livro História do Petróleo de Angola, 08.05.2025



"A visita da senhora Presidente da Namíbia visou aperceber-se melhor da capacidade que temos aqui na Sonils, porque uma das componentes da cooperação que estamos a desenvolver é a possibilidade de a Sonangol ajudar a desenvolver lá uma base logística similar à nossa, cooperando com a NAMCOR [Companhia Nacional de Petróleo da Namíbia]".

Ministro Dimantino Azevedo, na visita da presidente da Namíbia, Nandi Ndaitwah Netumbu à base da Sonils. 09.05.2025

"Para nós, é de grande valia, não apenas pela formação técnica dos nossos quadros, mas também pela necessidade de rever as questões legais que regulamentam a actividade mineira onshore no nosso país".

Secretário de Estado para o Petróleo e Gás, José Barroso, em audiência à delegação do Reino Unido, 08.05.2025



"Em Portugal, o livro sobre a História do Petróleo de Angola, teve algum interesse, mas não tanto como em Angola, onde as pessoas, de facto, estão interessadas em saber dos primeiros passos da indústria extractiva."

Ana Rebelo, no acto de lançamento do livro História do Petróleo de Angola, 08.05.2025



JOSÉ FRAGOSO GOMES REBELO

“As competências profissionais adquirem-se desde que haja vontade, portanto não é um pré-requisito à partida e, no fim de contas, a nossa vida é um caminho de aprendizagem, até morrermos”.

O Rosto da Casa desta edição é José Fragoso Gomes Rebelo, formado em Engenharia de Minas, pela Universidade do Porto, co-autor do “livro História do Petróleo de Angola”, apresentado a 8 de Maio de 2025, no MIREMPET.

O seu percurso profissional tem o registo de actividades exercidas na indústria do petróleo por mais de 40 anos, dos quais 21 na Fina Petróleos de Angola como técnico, Director-Geral e Presidente do Conselho de Administração.

José Rebelo nasceu a 4 de Julho de 1937, em Coimbra, Portugal, é filho de pai professor e mãe doméstica. É casado, tem 7 filhos e 14 netos.

O seu interesse pelo sector petrolífero angolano ocorreu em 1963, quando recebeu uma proposta de trabalho. Na altura, ainda frequentava o curso superior.

“No último ano da minha formação, já no fim do curso, o Director Técnico da Petrofina em Angola, o Eng.º Pedro Danati, foi recrutar engenheiros à Faculdade de Engenharia do Porto e ao Instituto Superior Técnico. Aquele foi o meu primeiro emprego que surgiu dois meses antes de acabar o curso”, explicou.

À sua chegada a Angola, foi directamente enviado para um poço na Quissama, o Pitch, a sul de Cabo Ledo. Na empresa, rapidamente ascendeu ao cargo de Director de Operações, depois para Director de Sondagem e Produção. Mais tarde, assumiu o cargo de Director das Infra-estruturas e, posteriormente, como Director-Geral Adjunto. Das suas lembranças partilhadas, foram destacados os nomes do Eng.º Jean-Pierre Ramauri, então Director-Geral, o Eng.º Danati, Director-Técnico e alguns técnicos com quem adquiriu muitas experiências de trabalho.

“Angola foi sempre um país muito acolhedor para toda a gente. Na companhia Fina Petróleos havia muito bom ambiente organizacional e de trabalho, de maneira que todos se sentiam bem”, afirmou.

Segundo o Rosto da Casa, enquanto funcionário, procurou fazer muitas coisas para que todos tivessem o melhor possível. Contribuiu para aumentar a produção e realizava acções de formação para aqueles que precisavam e também aprendeu muito. “Tinha vindo da Juventude Universitária do Porto, a única organização juvenil tolerada naquela altura, onde exerci o cargo de Presidente e quando vim para cá já trazia a preocupação de justiça e equilíbrio social”, referiu entusiasmado.

Depois da proclamação da independência de Angola, a 11 de Novembro de 1975, foi transferido para a companhia Petrofina, em Bruxelas, onde durante 17 anos, foi Director de Sondagem e Produção, depois Director-Geral de Recursos Humanos e mais tarde Director-Geral de Exploração-Produção. No final deste período, regressou a Angola, na Fina Petróleo onde passou a auxiliar do Director-Geral, na área de formação de geólogos que não tinham conhecimentos técnicos.

Em 1990 regressou novamente a Bruxelas e desempenhou a função de Director-Geral da Associação de Produção Mundial, num período de 10 anos, tendo aproveitado a oportunidade para concluir uma formação e depois regressou definitivamente a Portugal.

Nas suas memórias, José Rebelo guarda os momentos pelos quais acompanhou as mudanças do sector petrolífero, particularmente de Angola, tendo dado nota de que o estado actual já não se identifica com o tempo em que começou.

“Angola foi sempre acompanhando as últimas tecnologias, face a grande evolução deste sector e que as várias companhias que aqui estão fizeram um trabalho muito bom. Apesar de precisar de mais, pode se orgulhar de ter uma refinaria do mesmo nível que qualquer infra-estrutura da Europa ou das grandes sociedades. Aumentaram a sua capacidade e isso é óptimo para abastecer o país, porque quando começaram com a refinaria, Luanda tinha apenas 200 mil habitantes e agora conta com cerca de 10 milhões”, destacou.

A sua longa vivência no nosso país despertou-lhe o interesse em registar e publicar sobre o percurso do petróleo de Angola. Assim, José Rebelo juntou-se a António Correia de Pinto que tem 35 anos de actividade na indústria do petróleo. António Pinto é formado em geologia de petróleo, nos Estados Unidos da América, e também trabalhou em Angola, na Cabinda Gulf Oil Company, durante sete anos.

Da curiosidade dos dois especialistas que vivenciaram o grande desenvolvimento da actividade petrolífera em Angola, surgiu o livro sobre “A História do Petróleo de Angola” que detalha as várias etapas, desde os primórdios até à primeira descoberta de petróleo, em 1955, segundo o Rosto da Casa, **“orgulhosamente”** apresentado no Ministério de tutela do sector petrolífero nacional.

Apesar de já estar aposentado, José Rebelo continua a partilhar o seu conhecimento. Periodicamente, prepara programas em PowerPoint e faz seminários sobre um assunto qualquer, principalmente com a mulher, os seus filhos, netos e amigos. “As competências profissionais adquirem-se desde que haja vontade, portanto não é um pré-requisito à partida e, no fim de contas, a nossa vida é um caminho de aprendizagem, até morrermos. É isso que ensino aos meus filhos”, ressaltou.

O Rosto da Casa, que também gosta de convívio e acompanhar as refeições, preferencialmente peixe, com uma taça de vinho, deixou um apelo aos mais jovens para um exame de consciência: **“Quando chega a noite, pergunta-te o que é que aprendeste hoje. Se a conclusão for que nada foi aprendido nesse dia, então é um dia perdido. Portanto, isso foi sempre a minha preocupação na companhia, esperando que todos aprendessem qualquer coisa diariamente. Esta é a única maneira de progredir, crescer e enriquecer a organização, bem como o país”,** finalizou.



BIBLIOTECA DO MIREMPET GANHA MAIS SUGESTÕES DE LEITURA



A Biblioteca do MIREMPET conta, desde 9 de Maio, com três novas obras, uma doada por António Feijó Júnior, Director-Geral Adjunto do Instituto Regulador de Derivados de Petróleo (IRDP) e duas pela empresa Cabinda Shipping Services, Lda (CABSHIP).

António Feijó ofereceu o seu mais recente livro, intitulado "Refinação, armazenagem, distribuição e comercialização de derivados do petróleo: o papel dos biocombustíveis – uma

panorâmica de um segmento vital da indústria petrolífera", editado em 2024.

Já a Cabship, empresa angolana de logística e gestão da cadeia de abastecimento do sector de Petróleo e Gás entregou dois livros, também editados em 2024, nomeadamente "O Líder que há em ti: força física, mental e espiritual para viver o extraordinário", que apresenta temas como gratidão, importância da comunicação, controlo de emoções, mudança de atitude, entre outros, da autoria de Marco P. Victor; e a "Diplomacia Digital: uma solução para a promoção da imagem de Angola", que faz uma análise das novas, actuais e inovadoras vantagens das práticas diplomáticas digitais na cobertura e execução de actos diplomáticos a nível do Ministério das Relações Exteriores, escrito por António de Sousa Simbo.

A Biblioteca do Ministério continua disponível para recepção de mais livros para aumentar o seu acervo e alargar as sugestões de leitura aos seus utilizadores.



INDEPENDÊNCIA NACIONAL DE ANGOLA 1975-2025

Preservar e valorizar as conquistas alcançadas, construindo um futuro melhor

AGENDA

- 04-05.06.25 - Conferência sobre investimentos no Sector Mineiro e Petrolífero, Cuanza-Norte.
- 19 e 20.06.25 - XI Reunião do Conselho Consultivo do MIREMPET, Ondjiva.
- 03 e 04.09.25 - Conferência Oil & Gás, Luanda.
- 22 e 23.10.25 - Conferência Internacional de Minas de Angola (AIMIC), Luanda.

FICHA TÉCNICA

Director: Luciano Canhangá
Supervisora: Cristina Cunha
Coordenador: Alexandre Sousa
Redacção: Belarmino Gomes, Nelson Muanha, Feliciano Luzayamo e Francisco Magalhães
Colaboração: Domingos Francisco João
Paginação: Organizações HOTCHALI



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS, PETRÓLEO E GÁS

AOS ANIVERSARIANTES DO MÊS DE MAIO 2025
MUITAS FELICIDADES!

ESPERANÇA CUNHA



GJ
02/05

DIAME LENDE



DNSEA
03/05

GONÇALO DOMINGOS



GRH
04/05

DAVID LUÍS



SG
05/05

FÁBIO FERREIRA



GSEPG
08/05

DÁRIO AFONSO



GRH
09/05

ESTANISLAU BUIO



PK
09/05

ALBERTINA DOMINGOS



GRH
09/05

MATEUS ANTÓNIO



SG
11/05

MPEVO NDOMBELE



DNP
13/05

MANKENDA AMBROISE



GM
16/05

ANSELMA CAZEQUENE



GSERM
17/05

ISABEL MENEZES



GSEPG
17/05

ALCIDES SANTOS



DNP
17/05

PAULO PEREIRA



DNSEA
17/05

ROSA MONIZ



GRH
18/05

MARIA VAN-DUNEM



G5
18/05

DIOGO DA SILVA



SG
18/05

FRANCISCO MAGALHÃES



GTICI
21/05

JOÃO GIME



SG
22/05

JOAQUIM MANUEL



DNRM
22/05

VICTÓRIA VEMBA



GRH
23/05

ALBERTINA NDOCHI



GM
23/05

SEBASTIÃO MARIMBEIRO



SG
25/05

SUCESSO PEDRO



SG
25/05

LUCIANO CANHANGA



GTICI
25/05

EVALINA PEDRO



GEPE
27/05

ADILSON SOARES



DNP
28/05

HUGO CRISTOVÃO



GJ
29/05

JOAQUIM PEDRO



DNFCL
30/05

ANTÓNIO MUEHEMBO



SG
30/05

JOSEFINA KONDUA



GSEPG
31/05

IVALKÍDIA SALVADOR



GSEPG
31/05

MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS, PETRÓLEO E GÁS

O Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, abreviadamente designado por “MIREMPET” é o Departamento Ministerial auxiliar do Titular do Poder Executivo, responsável pela formulação, condução, execução, controlo e acompanhamento da política do Executivo relativo às actividades geológicas e minerais, de petróleo, gás e biocombustíveis, nomeadamente, a prospeção, exploração, desenvolvimento e produção de minerais, petróleo bruto e gás, refinação, petroquímica, armazenagem, distribuição e comercialização de produtos minerais e petrolífero, bem como a produção e comercialização de biocombustíveis, sem prejuízo da proteção do ambiente

DIRECÇÃO SUPERIOR

Ministro - Diamantino Pedro Azevedo

Secretário de Estado para os Recursos Minerais - Jânio da Rosa Corrêa Victor

Secretário de Estado para o Petróleo e Gás - José Alexandre Barroso

SERVIÇOS DE APOIO INSTRUMENTAL

Director do Gabinete do Ministro - Euclides de Oliveira

Directora Adjunta do Gabinete do Ministro - Lúcia Lopes

Director do Gabinete do Secretário de Estado para os Recursos Minerais - Omar Garmacho

Directora do Gabinete do Secretário de Estado para Petróleo e Gás - Adérta Oliveira

SERVIÇOS EXECUTIVOS DIRECTOS

Director Nacional de Recursos Minerais - Paulo Niva Tanga

Director Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - Alcides Santos

Director Nacional de Formação e Conteúdo Local - Domingos Francisco

Director Nacional de Segurança Industrial, Emergências e Ambiente - Manuel Júnior

SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO

Secretário-Geral - Américo da Costa

Directora do Gabinete de Recursos Humanos - Paula Fernandes

Director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatísticas - Alexandre Joaquim Garrett

Director do Gabinete de Supervisão - Jacinto Cortez

Director do Gabinete de Intercâmbio - Luís Baptista António

Directora do Gabinete Jurídico - Eunice Ferraz

Director do Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação Institucional - Luciano Canhanga

ÓRGÃOS SUPERINTENDIDOS

Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - Paulino Jerónimo

Agência Nacional dos Recursos Minerais - Jacinto Ferreira dos Santos Rocha

Sonangol - Sebastião Pai Querido Gaspar Martins

Endiama - José Manuel Augusto Ganga Júnior

Sodiam - Eugénio Bravo da Rosa

Instituto Geológico de Angola - José Manuel

Instituto Regulador dos Derivados do Petróleo - Luís Fernandes

Instituto Nacional de Petróleo - Alegria Joaquim

Comissão Nacional do Processo Kimberley - Estanislau Buio